

O Povo Votou!

por Mário Soares

E votou bem. Mais uma vez se confirmou que, nos momentos de crise, o eleitorado não se deixa enganar. Quando, em fins de Janeiro, publiquei o livro a que chamei "A crise. E agora?", não tinha qualquer dúvida que estava a acabar um ciclo político e a começar outro. Escrevi-o, de resto, em tempo oportuno. Mas as eleições de 20 de Fevereiro foram a clara demonstração disso mesmo.

O eleitorado foi às urnas, com entusiasmo e esperança, para mudar de política e vencer a crise. Daí a descida tão significativa e animadora da taxa de abstenção. Por outro lado, pela primeira vez, em trinta anos, o PS teve uma maioria absoluta, 45,05%, com 120 deputados eleitos. (Falta ainda eleger 4 da emigração). Mas a Esquerda, no seu conjunto, também ganhou e de que maneira: conseguiu 59% dos votos. A verdade é que o eleitorado, com o seu bom senso, percebeu muito bem o que estava em jogo: resolveu punir o Governo, os seus líderes e os partidos que o apoiaram. A Direita averbou uma derrota memorável, com o PSD a ficar abaixo dos 30% - 28,69% dos votos, 72 deputados - e o PP, abaixo do PCP, (CDU, para ser exacto) este com 7,57% dos sufrágios e 14 deputados.

Quem tenha seguido com atenção os últimos meses - trágicos - da governação de Santana-Portas, que agravou muito o que já vinha de trás, do tempo de Durão Barroso, não podia ter dúvidas quanto à rejeição profunda do Povo Português relativamente ao Governo, o pior e mais desprestigiado de sempre. A propaganda obsessivamente feita, por Santana e Portas, até ao último dia, ainda que com algumas dissonâncias entre si, tentando enganar os portugueses - sem grandes escrúpulos, diga-se - resultou num imenso fracasso. A desfaçatez com que os dois líderes da Coligação - ao arrepio do bom senso - proclamaram vitória, até à última hora do último dia, não convenceu, realmente, ninguém. Os resultados aí estão à vista de todos e falam com a crueza dos números.

Contudo, não creio que os resultados de 20 de Fevereiro constituíssem tão só um fenómeno de mera rejeição relativamente ao passado próximo. Foi, além disso, uma manifestação clara da vontade conseqüente de mudança de rumo político: voltar à prática de políticas sociais, capazes de atenuar as desigualdades cada vez mais gritantes entre os portugueses; lutar a sério contra o desemprego crescente; e retomar a linha de desenvolvimento, que vem desde Abril e que tantos benefícios trouxe (e não estão esquecidos!) ao comum dos portugueses. Foi tudo isso que explica, creio, o impulso da participação eleitoral, expresso na baixa significativa da abstenção.

À semelhança do que aconteceu com a nossa vizinha Espanha, após a vitória do PSOE e de Zapatero, os resultados magníficos do PS vão criar, muito rapidamente, um novo clima psicológico, de abertura e confiança que afastará seguramente os portugueses do pessimismo e da depressão em que estavam a deixar-se cair. José Sócrates disse-o, claramente, no impressionante discurso em que comentou o resultado das eleições. "Uma nova ambição, uma nova confiança, uma nova abertura ao diálogo social, um novo respeito em relação aos partidos adversários". Era, de resto, o que o País queria e precisava ouvir.

É claro que, subitamente, o PS e o seu líder, José Sócrates, são obrigados a assumir responsabilidades enormes. É, por isso, importante que não se alimentem excessivas ilusões e se ponha alguma água fria na fervura. Porque em política não há milagres. A crise do País é profunda, tem múltiplas vertentes, e não pode ser vencida por um golpe de mágica de uma eleição feliz. É preciso dar tempo ao tempo. E dar, sobretudo, aos portugueses a noção exacta do estado em que está a Nação - e dos malefícios perpetrados pelos Governos de Durão, Santana, Portas - os três grandes responsáveis pela situação a que se chegou.

Sócrates vai ter que formar, sem perda de tempo, um governo coeso e muito capaz. Que desde a primeira hora se imponha à consciência cívica dos portugueses. Um governo de gente altamente competente, honesta, com a perfeita noção da honra e da responsabilidade que representam ser ministro de um Governo, que tem como objectivo vencer a crise do País e servir a Comunidade. Um Governo, como disse, que se veja a si próprio como um Governo de "salvação nacional": patriótico, eficaz, coerente, aberto ao diálogo com as forças sociais (sindicatos e associações patronais) e com a sociedade civil: Universidades, centros culturais, científicos,

artísticos, cooperativas, associações, empresariado, funcionalismo público, autarquias, regiões, numa palavra: ouvir com atenção, as vozes que vêm da sociedade civil e governar em diálogo permanente com elas. Um governo que dialogue e oiça - a sério - os partidos da Oposição e dignifique a vida parlamentar.

A maioria absoluta, concedida ao PS, dá ao novo Governo uma perspectiva temporal alargada de quatro anos com, a um ano de distância, a realização de duas eleições importantes: as autárquicas e depois as presidenciais. Nesse sentido, sendo o PS, como se afirmou, um partido de Esquerda - não de Centro nem, muito menos, do Centro Direita - não deve descurar o diálogo político com os outros partidos de Esquerda, PCP e Bloco. O facto do eleitorado português ser maioritariamente de Esquerda aconselha esse diálogo, tendo em vista as eleições que se aproximam, embora não só por isso. Cada piscadela de olho do PS à Direita são votos ganhos pelo Bloco e pela CDU. Não se pode esquecer, também, que as eleições de 20 de Fevereiro criaram condições favoráveis a uma vitória de um Candidato da Esquerda nas próximas presidenciais, ao contrário do que alguns chegaram a pensar. Se obviamente a Esquerda, no seu conjunto, se entender.

Por outro lado, não podemos deixar de considerar que a derrota da Coligação de Direita, nos termos em que ocorreu, desbaratou os partidos da Direita, PSD e PP, por forma que vai levar algum tempo a recompor. Portas, num discurso digno, assumiu a derrota e anunciou a sua demissão da liderança do PP. Veremos se será uma decisão para manter. Se for inteligente, é o que fará: toma as suas distâncias e prepara-se para uma longa travessia do deserto. Santana, assumiu a derrota e, num discurso hábil, deixou a decisão para mais tarde: convocação dos órgãos do Partido e próximo Congresso. Querirá mudar a liderança para assegurar um salto com uma candidatura a Presidente da República? Embora as hipóteses de uma tal Candidatura vencer, sejam reduzidas, não se pode excluir essa eventualidade, dado que Santana é corajoso e combativo.

Contudo, o PSD vai entrar em grande conflitualidade interna. O único rival de Santana, com alguma coragem, parece ser Marques Mendes. Mas a procissão vai ainda a sair da Igreja. Não é de excluir, portanto, que apareçam outros, vindos de áreas não político-partidárias. Veremos. No entanto, a pressão dos autarcas PSD, com as eleições à porta, não vai deixar de se fazer sentir nem, com raras excepções, ousará pôr-se em oposição ao aparelho.

Faço votos para que o PSD possa sair rapidamente da crise em que se encontra. É um partido necessário a uma boa alternância democrática. Mas tem de recuperar a credibilidade perdida e redefinir-se quanto aos seus princípios e objectivos.

Uma palavra ainda para Alberto João Jardim. Teve a sua primeira derrota, o que é muito significativo, após tantos anos de governo. Foi uma séria advertência. Faria bem em pensar no que representa e abandonar de vez (se for capaz disso) o seu estilo truculento e autoritário de que o País - e a Madeira - começam a dar sérios sinais de estar cansados.

Para terminar: volto às responsabilidades do PS. José Sócrates foi corajoso e lúcido ao pedir a maioria absoluta. O eleitorado respondeu sem qualquer ambiguidade: concedeu-lha. E ao mesmo tempo passou-lhe a responsabilidade do Governo: para mudar de política e vencer a crise. Em quatro anos. Mas, não se esqueça, que a Esquerda no seu todo cresceu, o que tem um iniludível significado.

Desejo a José Sócrates que tenha, no exercício das suas tão honrosas funções, a mesma coragem e lucidez que manifestou até agora. Bem precisa delas. Vão tentar colar-se-lhe muitos oportunistas indesejáveis. Vai sentir a pressão contínua dos interesses (alguns poucos legítimos). Vão-lhe prodigalizar conselhos, vindos de quem não tem autoridade para lhos dar. Resista. Seja ele próprio. E não deixe de explicar ao Povo - o seu verdadeiro e único aliado seguro - as decisões que for tomando.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 2005